

Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e Referência de Anestesiologia

National Network of Anesthesiology Hospital Specialty and Referral

Iniciei o meu internato de anestesiologia em 1996, tendo acompanhado desde então a evolução da nossa especialidade de forma apaixonada, como tantos outros. Para além de uma atividade assistencial trabalhosa, mas gratificante, a intervenção socio profissional fez e faz parte da minha vida, juntando-me a muitos outros que também interpretam a evolução da sociedade indissociável da discussão de ideias, do contributo individual para o bem comum e da preservação de valores que perduram como essenciais para a construção do individuo. Acompanhei a vida das nossas instituições representativas, a evolução dos nossos currículos formativos, a criação de competências, subespecialidades, especialidades, discussões mais ou menos inflamadas sobre muitos temas que determinaram mudanças na nossa especialidade e a internacionalização da nossa sociedade anestesiológica. Foi, no entanto, sempre constrangedor o trabalho e a dificuldade para vencer a iliteracia institucional dos responsáveis políticos da área da saúde, e porque não dizer, de quem administra saúde, sobre a anestesiologia. Porém muitos passos foram dados, uns melhores que outros.

A medicina tem evoluído com uma dinâmica cada vez mais difícil de acompanhar, pressionando ideias, forçando adaptação, sacrificando resiliências românticas e obrigando as instituições a reinventarem-se.

O futuro próximo será pródigo em mudanças, sendo essencial que a anestesiologia esteja preparada para desempenhar o seu papel nessa nova ordem.

Num momento em que as diferentes disciplinas médicas sofrem mutações que pressupõem uma modificação do enquadramento clássico dos seus conteúdos técnicos, importa balizar e assentar de forma clara os pilares em que a anestesiologia assenta: medicina perioperatória, medicina intensiva, medicina de emergência e medicina da dor. O conteúdo de formação específica da especialidade terá sempre de alicerçar-se nestes pilares, não se desgastando em objetivos secundários que desvirtuem o essencial.

Os desenvolvimentos nas diferentes disciplinas médicas e na organização hospitalar que se verificam atualmente em Portugal, relacionam-se com diferentes agentes: o estado, a medicina privada e seus diversos parceiros (grupos de saúde, misericórdias e medicina privada clássica em decadência) Ordem dos Médicos,

Sindicatos e Sociedades Científicas. A organização destes diversos atores institucionais influencia a organização da anestesiologia, cabendo aos responsáveis pelo desenvolvimento da especialidade estarem à altura de responder a este desafio.

A sociedade anestesiológica portuguesa, deve repensar rapidamente muito do que se está a passar na área da saúde: falta de reformas na organização hospitalar que acompanhem as mudanças sociais e a evolução da medicina, o hiato sobre os objetivos traçados para o desenvolvimento da anestesiologia e o estado da arte em Portugal, a falta de novos players para além dos tradicionais (Ordem dos Médicos e Sociedade Portuguesa de Anestesiologia), alguma incapacidade de desmistificar mitos sem base científica consistente, mas baseados mais em eminências do que em evidências.

Esta edição da Revista da Sociedade Portuguesa de Anestesiologia (SPA) contempla a Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e Referência de Anestesiologia.

Este documento é o culminar de anos de trabalho e de algumas dificuldades para que chegasse à luz do dia, sendo finalmente aprovado por Despacho do Secretário de Estado da Saúde e Adjunto em 19 de Junho de 2017.

Por uma questão de justiça importa referir que o início desta odisseia remonta a 2008, quando foi formado um grupo composto por Adriano Natário, Ana Paula Gouveia, António Augusto Martins, António Marques, Isabel Pascoal, Lucindo Ormonde, Maria Manuela Andrade, Rosário Abrunhosa e Sandra Gestosa. Foi então produzido o primeiro documento sobre o tema. O trabalho deste grupo deu origem a um documento final editado em Outubro de 2009, mas que de facto nunca saiu da gaveta.

Determinou o Ministério da Saúde, reabrir o processo e designar novo grupo de trabalho para atualizar e ultimar o trabalho anterior. Foram designados António Marques, Barbara Sofia Carvalho, Carlos Seco, Lucindo Ormonde, Manuel Chedas, Paulo Lemos, Rosário Orfão e Rui Guimarães. Considerou este grupo adotar uma nova estratégia de abordagem do documento, coletando todo um novo conjunto de informação que foi surgindo desde 2009.

As Redes de Referência Hospitalar (RRH) justificam-se pela necessidade de assegurar cuidados de saúde a todos os cidadãos, importando que as diferentes instituições hospitalares garantam a prestação de forma coordenada e articulada entre si, e com os restantes níveis de cuidados. Procuram também ter um papel orientador e regulador das relações de complementaridade interinstitucionais, perspetivando-se a implementação de um modelo de prestação de cuidados de saúde centrado no cidadão.

Procurou este grupo de trabalho introduzir no documento doutrina e políticas de organização hospitalar no âmbito da organização institucional em anesthesiologia.

Esperamos que considerem este documento uma excelente peça que possa contribuir para orientar, não de uma forma doutrinária rígida, mas com conceitos e bases seguras, uma política de desenvolvimento da anesthesiologia moderna.

Agradeço a todos os que colaboraram com os seus contributos, desejando que este trabalho possa influenciar decisões baseadas em indicadores credíveis e processos de organização que por diferentes que sejam, respeitem os pilares da especialidade.

Lucindo Ormonde.